

Reforço na segurança do Lago Sul

DANIELLA CRONEMBERGER

Quem for visitar um amigo no Lago Sul pode ter uma surpresa. Na entrada de alguns conjuntos, um vigilante exige documentos e pergunta o destino do visitante, controlando a entrada e saída de pessoas. Cerca de 25 ruas do bairro possuem guaritas, construídas pelos próprios moradores para reforçar a segurança. O número de construções vem crescendo, sob autorização da administração regional, que criou projeto para padronizá-las. A atitude gerou protesto do diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do DF (Depha), Francisco Almeida. "Isto é um absurdo, a área é pública", reclamou.

Segundo o administrador do Lago Sul, Marcelo Amaral, a adoção da guarita não é obrigatória e as entradas das ruas não podem ser fechadas. "Não autorizamos nada além da guarita", afirma. "Respeitamos o direito de ir e vir das pessoas." Mesmo assim, o diretor do Depha não concorda com a instalação. Apesar do Lago Sul não ser tombado, Almeida acredita que as interferências no projeto original do bairro podem interferir na cidade. "Mesmo que o conjunto não seja fechado, a presença da guarita é uma forma de inibir a entrada de pessoas e isto não pode ser feito em local público", diz.



VIGILÂNCIA tem aprovação dos moradores e da administração

A primeira guarita foi construída no conjunto 3 da QL 18, há mais de dois anos. O vigia Nivaldo Silva confirma que "pessoas estranhas", como vendedores ambulantes, são impedidas de entrar na rua. A segurança reforçada agrada aos moradores, que gastaram, cada um, R\$ 150 com a construção. Muitos dormem mais tranquilos com a presença de vigilância 24 horas. "Vale a pena", diz o engenheiro Mário Vieira, 50 anos. "No mínimo, o ladrão vai para outro lugar quando ver a guarita."

O projeto, criado por arquitetos da administração,

prevê ligação de interfones a todas as casas do conjunto, instalação de câmeras ligadas ao posto e telefone para acionar a polícia em caso de emergência. Amaral acredita

► Guaritas com vigilantes estão sendo erguidas em vários conjuntos do Lago Sul

que, em pouco tempo, a idéia pode virar projeto de lei a ser votado na Câmara Legislativa. "Como as ruas são fechadas, podemos garantir a segurança colocando correntes ou quebra-molas na entrada", diz. "Mas quem vai decidir isto são os moradores."

Para Francisco Almeida, a idéia é ilegal. "Uma administração não tem o poder de privatizar uma rua", afirma. "Os moradores não compra-

ram o conjunto, eles compraram um lote." O diretor do Depha disse ainda que irá encaminhar ofício para o administrador, pedindo esclarecimento, e pode entrar com uma denúncia no Ministério Público pelo uso inadequado

de espaço público. "Qualquer pessoa que quiser passar pela rua, tem esse direito", diz.

A promotora de urbanismo Ana Luíza Osório concorda com o diretor do Depha. Mas, segundo ela, caso

a função da guarita seja apenas de vigilância, sem impedir o acesso de pessoas à rua, o procedimento é legal. "O Estado não está dando conta da segurança, então pode ser uma forma alternativa de garantir tranquilidade".